

Mestrado em Agricultura Biológica



::Jorge Agostinho*

Nos últimos 50 anos, a produção de alimentos aumentou muito. Esse aumento de produção baseou-se na intensificação da agricultura com utilização em larga escala de agroquímicos, nomeadamente, adubos sintéticos, herbicidas e pesticidas, e meios mecânicos. Os agroquímicos são por natureza biocidas e causam grandes impactos ambientais.

Desde o relatório Brundtland em 1987 que o mundo se deparou perante a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola difundido pela Revolução Verde. Preconizou-se, na altura, a

prática de uma agricultura que respondesse às necessidades actuais sem colocar em risco os recursos naturais para as gerações futuras.

Nos próximos 10 anos prevê-se que a população mundial cresça 32 %, atingindo os 7,5 biliões de habitantes. Este forte crescimento da população implicará um aumento da produção de alimentos cerca de 40% e incidirá, principalmente, nos países em vias de desenvolvimento (Grisolia, 2005). Em muitos destes países, as preocupações com o meio ambiente, para os responsáveis agrícolas são, ainda, consideradas como retóricas e promotoras de retrocesso. Pelo contrário, nos países ditos desenvolvidos, o alarme do relatório Brundtland teve reflexos práticos com repercussões na elaboração da própria política agrícola e no incremento da pesquisa agronómica para resolução de problemas ambientais.

A agricultura biológica (AB) é hoje considerada

uma alternativa de valor à agricultura convencional pela importância que tem na promoção da qualidade e segurança alimentares, na melhoria da qualidade de vida e saúde pública, na salvaguarda dos valores ambientais e, finalmente, no reforço do desenvolvimento sustentável na Europa. Num mundo globalizado, em que a viabilidade dos processos tecnológicos está directamente associada aos custos e ao retorno do capital, a agricultura biológica requer uma abordagem diferente em que os custos dos impactos ambientais devem ser internalizados no processo de produção como um todo.

Na União Europeia o apoio à AB cresceu continuamente nos últimos cinco anos e os resultados são bem visíveis. O Parecer do Comité das Regiões sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, designado como «Plano de Acção Europeu para os Alimentos e a Agricultura Biológicos» (2005/C

71/04), constatou que a promoção da AB deveria ter um lugar de maior destaque na Política Agrícola Comum (PAC), bem como na política agrícola dos respectivos Estados-Membros. Este parecer referia ainda, que os apoios comunitários e nacionais à produção agrícola, deveriam beneficiar cada vez mais o modo de produção biológico (MPB). Reforçava-se assim o impacto positivo no ambiente, ao mesmo tempo que se transformava a produção biológica numa alternativa economicamente viável para os agricultores, mesmo em zonas em que co-existem modos de produção intensivos.

Em Portugal, a produção de alimentos no MPB constitui-se ainda como um sector com pouca expressão na economia agrícola nacional. É um sector que ainda enfrenta muitos obstáculos, nomeadamente em áreas como a organização da produção e da distribuição, a investigação, o ensino, a formação e a extensão (Cristovão

et al., 2001). Todavia, a crescente procura de alimentos biológicos e o sentido em que parece caminhar a próxima reforma da PAC, fortalecendo os apoios no Pilar que integra hoje a Agricultura Biológica, permitem perspectivar um futuro muito promissor para este subsector agrícola.

O produtor biológico tem de estar tecnicamente bem preparado, nomeadamente no conhecimento das condições do solo, do clima e do desenvolvimento da cultura, dos possíveis riscos, em especial em termos de doenças e pragas, da produção animal e salvaguarda das condições de bem-estar animal. Outro aspecto que o produtor "bio" não pode ignorar é as questões do mercado, procurando e "construindo" circuitos vantajosos de distribuição e venda.

Estas razões, aliadas à vontade de dar resposta à crescente procura de formação técnica e científica de

quadros altamente qualificados, justificam a continuidade do Mestrado em Agricultura Biológica, ministrado pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, e que abre agora a fase de candidaturas para a sua 3ª Edição. □

Bibliografia:

Cristovão, A.; Kohnen, T.; Strecht, A. (2001): Produção Agrícola Biológica (Orgânica): Evolução, Paradoxos e Desafios, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v. 2, nº 4, Out/Dez 2001; Grisolia, C. Koppe (2005): Agrotóxicos – mutações, reprodução e câncer. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 392 p.

***Prof. Doutor Jorge Manuel F. S. Agostinho é Director da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (sedada em Ponte de Lima) e Coordenador do Mestrado em Agricultura Biológica da ESA-IPVC**